

ESTADO E REVOLUÇÃO PASSIVA NO BRASIL

UM BREVE ESTUDO SOBRE CAPITALISMO, ESTADO E CLASSES

Rafaela Vieira¹

RESUMO: Este artigo pretende discutir o processo de formação sociopolítica brasileira a partir de uma revisão bibliográfica, buscando, sobretudo, apreender as dinâmicas presentes na relação entre capitalismo, Estado e classes sociais, de modo a compreender os mecanismos que levam ao alijamento das camadas populares dos instrumentos de poder. Para tanto, utilizamos o conceito gramsciano de revolução passiva, a partir do qual podemos entender grande parte das transições políticas ocorridas no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Formação social brasileira. Estado. Revolução passiva.

ABSTRACT: This article discusses the process of Brazilian socio-political formation from a literature review, seeking above all to grasp the dynamics in the relationship between capitalism, the state and social classes, in order to understand the mechanisms that lead to dumping of the lower classes of instruments of power. Therefore, we use the Gramscian concept of passive revolution, from which we can understand much of the political transitions that have occurred in Brazil.

KEYWORDS: Brazilian social formation. State. Passive revolution.

INTRODUÇÃO

Como parte dos estudos de mestrado, buscamos compreender a inserção da classe trabalhadora brasileira na cena política, bem como as estratégias de revolução socialista já pensadas no país, a exemplo da estratégia democrática nacional do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Para tanto, se fez necessário também um estudo mais aprofundado a respeito da formação social brasileira, o que nos revela os mecanismos que geram a exclusão das camadas populares dos processos decisórios, apesar de importantes lutas empreendidas pelos trabalhadores. O presente texto foi, portanto, extraído destes estudos e nele apresentamos: 1) O fundamento e a crítica da estratégia democrática nacional; 2) Algumas considerações sobre o

¹ Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), licenciada em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: haphynah@hotmail.com

desenvolvimento do capitalismo no Brasil; 3) Apontamentos sobre o Estado brasileiro e o histórico de revoluções passivas que marca nossa trajetória.

ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICA NACIONAL: O FUNDAMENTO E A CRÍTICA

Durante muito tempo persistiu no PCB, por influência das formulações do Komintern para os países da Ásia e América Latina, a ideia de que o Brasil fora feudal em seu período colonial, havendo ainda na república resquícios do feudalismo. Por esta razão, uma revolução socialista se tornava inviável naquele momento, sendo necessária primeiro uma revolução democrática-burguesa nos moldes daquelas ocorridas na Inglaterra e França. Somava-se a isso a situação de dependência do Brasil em relação às potências imperialistas. Assim, com vistas a eliminar os “resquícios feudais” e desenvolver um capitalismo independente, se fazia indispensável uma aliança do proletariado com a “burguesia nacional”, cujo objetivo era efetivar uma luta anti-imperialista para o estabelecimento de um capitalismo plenamente independente. Somente após esta etapa seria possível a derradeira etapa da revolução socialista (MAZZEO, 1999).

No entanto, como observou Caio Prado Jr. (1978), a tese do feudalismo no Brasil não encontrava respaldo na realidade concreta, não havendo restos feudais a eliminar. Para ele, a maior parcela dos trabalhadores rurais inseria-se no setor produtivo na qualidade de vendedora da força de trabalho. Da mesma forma, o autor percebeu a inexistência de uma real oposição entre a burguesia brasileira e o capital externo, havendo no máximo conflitos isolados entre membros da burguesia e empreendimentos estrangeiros. Logo, a “burguesia nacional” entendida como uma força essencialmente anti-imperialista e progressista “não tem realidade no Brasil” (PRADO JR., 1978, p. 121).

CAPITALISMO E FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

A tese do feudalismo no Brasil – que não foi uma inovação propriamente dita do Komintern, já tendo aparecido anteriormente entre autores da historiografia tradicional brasileira, como Varnhagen e Capistrano de Abreu, e que em sua versão pecebista foi chamada por Hirano (2008) de teoria “feudal-marxista-ortodoxa” – foi

amplamente refutada, inicialmente por Caio Prado Jr. (1978), seguido por diversos pensadores. Por outro lado, o entendimento a respeito da presença ou não do capitalismo no início da formação social brasileira está longe de ser consensual.

Caio Prado Jr. (2011) teve o mérito de ser o primeiro a analisar o país a partir da perspectiva de totalidade, partindo do geral para explicar o particular. Em *Formação do Brasil contemporâneo*, de 1942, vinculou o “descobrimento” do Brasil ao processo externo de expansão de mercados. Segundo o autor, o tipo de colônia estabelecido nas zonas tropicais conservou o caráter estritamente mercantil das grandes navegações e da empresa comercial que dava sentido a elas. Foram os interesses econômicos dos países europeus que determinaram, a cada período da colonização, e mesmo depois dela, os gêneros aqui produzidos. Para o autor:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. (PRADO JR., 2011, p. 31-2)

Caio Prado considerou, portanto, que o sentido da colonização no Brasil foi a satisfação das necessidades comerciais europeias. Logo, essa colonização não foi feita de forma aleatória, mas foi orientada em uma direção determinada, isto é, seguindo critérios externos, demandas da metrópole. Desenvolveu-se no Brasil colônia, de acordo com ele, uma estrutura econômica agrária fundada em três elementos: latifúndio, monocultura e escravismo; sendo estas as partes constitutivas de uma mesma unidade produtora. Tais elementos, junto a outros que lhes deram suporte, como a família patriarcal, a religião etc., determinaram as questões estruturais que chegaram ao período republicano.

O sentido da colonização no Brasil, isto é, a empresa comercial, marcou toda a trajetória brasileira, mantendo o país dependente dos interesses das nações imperialistas, preso ao sistema agroexportador e à economia escravista, fornecedora de força de trabalho para a monocultura nos latifúndios. Apesar do desenvolvimento do trabalho livre, o autor observou traços bem nítidos do regime escravista em muitos setores ainda no século XX. Portanto, o sentido da colonização deve ser pensado em longo prazo, e é justamente ele que explica os elementos fundamentais da formação histórica brasileira, tanto na esfera econômica quanto nas esferas social e política.

De acordo com Florestan Fernandes (2006), com a colonização foram introduzidos no Brasil os móveis capitalistas do comportamento econômico, e foram eles que orientaram as plantações, organizadas de acordo com um propósito comercial básico. Ainda que nos séculos XVI e XVII o capitalismo em si ainda não houvesse florescido nem mesmo na Europa, o sociólogo esclarece que antes que isso pudesse acontecer, o “espírito do capitalismo” já se disseminava, provocando comportamentos típicos, os quais rebateriam no posterior desenvolvimento do capitalismo, o qual, por sua vez, implicaria em mudanças no “espírito do capitalismo” em sua organização e conteúdo. Por isso, apesar da existência de móveis capitalistas, Florestan discorda daqueles que viam o Brasil colonial já como uma formação capitalista e o senhor de engenho como um burguês. Este último estava tão somente vinculado à mercantilização da produção agrícola.

O debate em torno da presença ou não do capitalismo na formação colonial brasileira não ficou restrito a estes pensadores, tendo avançado para autores de gerações posteriores. Aqui citaremos dois a título de exemplo. No final dos anos 1980 os sociólogos Sedi Hirano e Antônio Carlos Mazzeo publicaram obras com concepções opostas.

Hirano (2008) discorda da tese que concebe o Brasil colonial como já capitalista. Para ele, nesta tese o conceito de capitalismo é deslocado para a esfera da circulação, quando só faz sentido se relacionado ao modo de produção. O mercantilismo consiste, na verdade, em uma etapa de acumulação primitiva originária de capital, mas não capitalista. De acordo com o autor, “a única acumulação capitalista que é estritamente capitalista é a acumulação que resulta do capital industrial” (HIRANO, 2008, p. 34).

Mazzeo (1989), por sua vez, concorda com Caio Pardo ao entender que o processo de colonização do Brasil esteve determinado por um processo mais amplo que levaria ao desenvolvimento do capitalismo. Por isso, ele descarta “qualquer concepção que defina a formação social brasileira como um modo de produção distinto do capitalismo” (MAZZEO, 1989, p. 15). Assim, ele faz crítica aos autores que tentaram partir do que consideraram ser o “modo de produção escravista colonial” para compreender a história social do Brasil, uma vez que estes desprezam da “análise marxista o aspecto da interação dialeticamente indissolúvel do particular e do

universal, desconsiderando o histórico-processual do ser social capitalismo” (p. 75).²

Enquanto Hirano (2008) considera inaceitável visualizar uma estrutura de classes anterior à formação capitalista, motivo pelo qual argumenta que é mais correto afirmar que durante a colônia a sociedade possuía uma estrutura de castas ou estamentos, Mazzeo (1989) acredita que o latifundiário escravista já tinha um caráter burguês. Como vimos acima, sobre esse assunto Florestan Fernandes (2006) tem a opinião de que o senhor de engenho não pode ser considerado burguês. No entanto, ele considera que foi justamente este ator social que mais tarde daria origem à burguesia brasileira, a qual faria uma revolução burguesa *sui generis* no Brasil.

Como afirma Almeida (2003), ao contrário das teses do Komintern e do PCB, tanto no Brasil quanto no restante da América Latina, no século XX Estados burgueses já haviam sido desenvolvidos. Os problemas eram outros.

Trotsky (1977), com sua teoria do desenvolvimento desigual e combinado, nos ajuda a entender o desenvolvimento do capitalismo nas regiões periféricas. Segundo o teórico russo, a partir de determinado momento do desenvolvimento do capitalismo, este se tornou uma totalidade concreta e dinâmica capaz de integrar as mais diferentes e distantes regiões globais. Se antes, nas formações pré-capitalistas, era possível perceber nas diversas sociedades certos padrões de repetição de etapas, o capitalismo “realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade”, impedindo novas repetições das formas de desenvolvimento nos distintos países (TROTSKY, 1977, p. 24).

Assim, um país atrasado tende a assimilar em pouco tempo o que fora realizado nas regiões ditas avançadas, pulando as etapas lá experimentadas. No entanto, “um país atrasado frequentemente rebaixa as realizações que toma de empréstimo ao exterior para adaptá-las à sua própria cultura primitiva” (TROTSKY, 1977, p. 25), processo esse que traz consigo um caráter eminentemente contraditório, por vezes reforçando elementos em vias de superação, de forma a aprofundar antigas contradições daquelas sociedades e gerar novas tensões entre o que está por imergir e o que tenta se consolidar.

De acordo com Trotsky, a desigualdade do ritmo de desenvolvimento é uma lei comum aos processos históricos, mas nesse contexto ela se torna ainda mais díspar e complexa, uma vez que os ditos países atrasados veem-se compelidos a avançar a

2 Esta crítica de Mazzeo é feita diretamente a [Ciro Flamarion Cardoso](#), [Jacob Gorender](#) e [Décio Saes](#).

despeito de suas barreiras internas. Daí deriva uma segunda lei: a do desenvolvimento combinado, “que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas” (TROTSKY, 1977, p. 25).

A análise de Florestan Fernandes (2006) sobre a revolução burguesa no Brasil exemplifica o desenvolvimento desigual e combinado neste país. Embora o termo não seja facilmente aplicável na nossa história, na visão de Florestan, pensar revolução burguesa no nosso contexto significa identificar os atores das transformações histórico-sociais que resultaram na passagem do regime escravocrata para a sociedade de classes. Nas palavras do autor:

Em suma, a Revolução Burguesa não constitui um episódio histórico. Mas, um fenômeno estrutural, que se pode reproduzir de modos relativamente variáveis, dadas certas condições ou circunstâncias, desde que certa sociedade nacional possa absorver o padrão de civilização que a converte numa necessidade histórico-social. Por isso, ela envolve e se desenrola através de opções e de comportamentos coletivos, mais ou menos conscientes e inteligentes, através dos quais as diversas situações de interesses da burguesia, em formação e em expansão no Brasil, deram origem a novas formas de organização do poder em três níveis concomitantes: da economia, da sociedade e do Estado. (FERNANDES, 2006, p. 37-8)

Por isso, se aqui não houve todas as etapas ocorridas em países como Inglaterra e França, o passado recente europeu foi reproduzido no Brasil de maneira peculiar, uma vez que só assim foi possível a implantação da sociedade capitalista neste país.

O sistema socioeconômico aqui presente anulou o ímpeto dos móveis capitalistas e deu lugar à dominação patrimonialista. Ainda de acordo com Florestan, foi só com o rompimento do estatuto colonial que parte das potencialidades capitalistas da grande lavoura pôde ser canalizada em favor do crescimento interno. Organizado o Estado nacional – isto é, no Império – foi possível o desenvolvimento de condições que levariam à necessidade da concretização da revolução burguesa, haja vista que à medida que ia se realizando uma modernização econômica, ia se alterando também o padrão de civilização vigente, o que levava à necessidade de mudanças em outras esferas. O sistema escravocrata, por exemplo, já representava um entrave ao desenvolvimento do capitalismo. Dessa forma, “o abolicionismo foi transformado em uma revolução social dos brancos para os brancos, condenado-se os efeitos do escravismo em uma sociedade que precisava rumar para a expansão da economia de mercado” (FERNANDES, 2006, p. 35-6). A república, da mesma forma,

se tornou condição para as pretensões dos grupos que almejavam o desenvolvimento do mercado competitivo. Nas palavras do autor:

[...] os estamentos dominantes e suas elites preferiram a solução política que adaptava, através da República, a adaptação da sociedade à sua condição burguesa. Agiram de modo inverso, mas segundo o mesmo estilo e inspiração que orientaram, politicamente, os estamentos senhoriais e suas elites na época da emancipação nacional. (FERNANDES, 2006, p. 185)

Não obstante à ascensão da burguesia, permaneceram nítidos vestígios de uma sociedade de privilégios, vestígios estes que seriam incorporados durante a transição para a sociedade burguesa, em contraposição à competição efetiva que o capitalismo pressupõe.

Portanto, a revolução burguesa no Brasil se diferenciou substancialmente do tipo clássico de revolução burguesa, a saber, aquelas ocorridas na Inglaterra, França e Estados Unidos. Se nestes países houve um processo de radical transformação das estruturas políticas, econômicas e sociais, tendo a burguesia ascendido ao poder político somente depois de ter criado as bases de hegemonia socioeconômica, o Brasil chegou ao capitalismo sem grandes mudanças, e aqui a burguesia se utilizou primeiro do Estado para se unificar no plano político antes mesmo de garantir a dominação socioeconômica.

Para Florestan, que buscou compreender o processo de modernização do país a partir de suas especificidades, houve no Brasil uma dinâmica de conciliação entre elementos ditos arcaicos, como a própria aristocracia rural, e elementos modernizantes. A própria burguesia, que nos países acima citados foi a responsável pelos processos modernizantes, teve aqui um comportamento peculiar. Segundo o autor:

Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do 'atraso' quanto do 'adiantamento' das populações. (FERNANDES, 2006, p. 240-1)

Em grande parte, esse comportamento se deve à ausência de um antagonismo propriamente dito entre a burguesia e o grupo até então dominante, como visto nos casos clássicos. Ao contrário, Florestan percebeu uma identificação entre burguesia e oligarquia, não sendo uma oposta à outra. A burguesia nutria forte atração pela oligarquia, assim, não podia haver divergências entre uma e outra. Estando ambas dentro do mesmo universo cultural, os conflitos surgidos, geralmente ligados a

pequenos interesses materiais, não eram capazes de provocar mudanças drásticas. O autor notou ainda a reprodução do mandonismo oligárquico pela burguesia em suas relações sociais, o que trouxe para a contemporaneidade comportamentos típicos da colônia.

Percebendo também uma relação dialética entre “arcaico” e “moderno”, Francisco de Oliveira (1988) criticou a visão dualista em voga entre os anos 1960 e 1970. Para ele, dualidades como, por exemplo, “sociedade moderna/sociedade tradicional” não se sustentam no plano real, que mostra “uma unidade de contrários, em que o chamado 'moderno' cresce e se alimenta da existência do 'atrasado', se se quer manter a terminologia” (OLIVEIRA, 1988, p. 12).

Exemplo disso é a relação entre agricultura e industrialização na época de expansão desta última, no pós-1930. O autor argumenta que a indústria não suplantou o setor agropecuário, mas ao contrário, se beneficiou dele.

A partir dessa ideia ele contesta o conceito de subdesenvolvimento, então utilizado para caracterizar a formação econômica, social e política brasileira. Sua compreensão é de que o que se considera “subdesenvolvimento” é uma formação capitalista, e não propriamente histórica, o que nos remete à teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Segundo ele:

A evidente desigualdade de que se reveste que, para usar a expressão famosa de Trotsky, é não somente desigual mas combinada, **é produto antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós-anos 1930, que da existência de setores 'atrasado' e moderno**. Essa combinação de desigualdades não é original; em qualquer câmbio de sistemas ou de ciclos, ela é, antes, uma presença constante. A originalidade consistiria talvez em dizer que – sem abusar do gosto pelo paradoxo – a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global [...] (OLIVEIRA, 1988, p. 36, grifo do autor)

O subdesenvolvimento, geralmente entendido como uma etapa do desenvolvimento do capitalismo, é na verdade um produto do próprio capitalismo, uma vez que as economias latino-americanas pré-industriais foram criadas pelo capitalismo mundial em expansão como reservas de acumulação primitiva de capital para atender às necessidades dos países “avançados”. Portanto, o “subdesenvolvimento” não é apenas um estágio histórico, mas uma formação capitalista. Assinala ainda o autor, que até então toda a questão do desenvolvimento havia sido colocada pelos teóricos como uma oposição entre nações, quando estava

mais ligada à oposição entre classes sociais no interior de um mesmo país.

ESTADO E REVOLUÇÕES PASSIVAS NO BRASIL

É a partir da Revolução de 1930 que a indústria passa a ser o setor-chave da economia brasileira, embora sua participação na renda nacional só tenha superado a da agricultura em 1956. A partir da década de 1930 um novo padrão de acumulação foi introduzido e, para tanto, foi necessária a reformulação da máquina estatal, bem como uma nova correlação de forças sociais.

Para Oliveira (1988), o Estado remodelado não poupou esforços para fazer da empresa industrial o centro do sistema. Seu papel, em resumo, foi criar as bases para a reprodução da acumulação capitalista industrial. Assim, de Vargas a Juscelino Kubitschek, assiste-se à ampliação das funções do Estado, indo de criação de indústrias de base, transferência de recursos para o setor, até interferência no preço do trabalho etc. As leis trabalhistas, por exemplo, para ele, foram fundamentais para a instauração do sistema de acumulação pós-1930, sobretudo devido ao rebaixamento salarial, que possibilitou o incremento do capital e, ainda, permitiu maior concentração de renda. As citadas leis foram funcionais também para a criação de um “exército de reserva”, elemento fundamental para a expansão capitalista.

Percebe-se, portanto, que o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil consistiu em uma revolução passiva. O conceito gramsciano significa a modernização “do Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino”. Nela “se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem, as quais influenciam indiretamente, com pressão lenta mas incoercível, as forças oficiais, que, elas próprias, se modificam sem se dar conta, ou quase” (GRAMSCI, 2011, p. 315-6).

Usado inicialmente para pensar o *Risorgimento*, o conceito foi ampliado pelo próprio Gramsci para explicar outros fenômenos nos quais houve uma combinação de “restauração” com “renovação”. Isto é, temerosas de uma transformação efetiva vinda “de baixo”, as forças conservadoras promovem mudanças “pelo alto”, nas quais incorpora algumas demandas populares como se fossem “concessões” das classes dominantes (COUTINHO, 2008, p. 93).

Podemos considerar que as revoluções passivas perpassaram toda a história do Brasil, desde a Independência, proclamada pelo filho do rei de Portugal, a despeito de movimentos independentistas anteriores influenciados pelas ideias iluministas das revoluções francesa e americana.³ Tal evento fez do Brasil a única monarquia das Américas em um período em que os demais países americanos saíam da condição de colônias para se tornarem repúblicas. Já a queda da monarquia brasileira consistiu em uma disputa entre grupos divergentes da elite, sendo a Proclamação da República efetuada através de um golpe, episódio que segundo um contemporâneo, “o povo assistiu bestializado” (ARISTIDES LOBO apud SANTOS et al, 2002, p. 208).

Durante o século XX, os principais eventos políticos não fugiram à regra. Coutinho (2008) considera que a Revolução de 1930 é o exemplo mais emblemático de revolução passiva em nossa história. Um de seus líderes teria dito: “Façamos a revolução antes que o povo a faça”. Nela,

setores das oligarquias agrárias, aqueles não ligados diretamente ao mercado externo, deslocam do papel de fração hegemônica no bloco do poder a oligarquia cafeeira, cooptam alguns segmentos da oposição da classe média (que se expressavam no movimento tenentista) e empreendem processos de transformação que irão se consolidar efetivamente a partir de 1937, com a implantação da ditadura do Estado Novo, quando se promove, sob a égide do Estado, um imenso e rápido processo de industrialização pelo alto. Sabemos muito bem que a industrialização brasileira, ou, pelo menos, a política de industrialização, não foi resultado consciente da ação do empresariado. [...] O principal protagonista da nossa industrialização foi, desse modo, o próprio Estado, não só através de políticas cambiais e de crédito que beneficiavam a indústria, mas também mediante a criação direta de empresas estatais, sobretudo nos setores energético e siderúrgico. (COUTINHO, 2008, p. 112-3)

O autor atribui as constantes revoluções passivas brasileiras à forte presença do Estado, o que resultou do próprio processo de independência pelo alto. Para ele, “o Brasil conheceu um Estado unificado antes de se tornar efetivamente uma nação” (COUTINHO, 2008, p. 110). A nação brasileira foi construída posteriormente, mas a partir do Estado e não das massas populares.

Ora, isso provoca consequências extremamente perversas, como, por exemplo, o fato de que tivemos, desde o início da nossa formação histórica, uma classe dominante que nada tinha a ver com o povo, que não era expressão de movimentos populares, mas que foi imposta ao povo de cima para baixo ou mesmo de fora para dentro e, portanto, não possuía uma efetiva identificação com as questões populares, com as questões nacionais. Para usar a

3 Referimo-nos à Inconfidência Mineira (1788-1789), à Conjuração dos Alfaiates (1798) e à Revolução Pernambucana (1817). Convém destacar que tais rebeliões estavam mais ligadas a questões regionais do que propriamente à questão nacional, como pondera Fausto (2003), mas tinham em comum o ideal de independência.

terminologia de Gramsci, isso impediu que nossas “elites”, além de *dominantes*, fossem também *dirigentes*. O Estado moderno brasileiro foi quase sempre uma “ditadura sem hegemonia”, ou, para usarmos a terminologia de Florestan Fernandes, uma “autocracia burguesa”. (COUTINHO, 2008, p. 111)

Ianni (1983) foi outro célebre pensador brasileiro que chegou a tais conclusões. Ele observou o caráter autoritário do Estado brasileiro já no processo de Independência. A partir de então, todas as transições são realizadas da mesma forma, de modo a atender aos interesses oligárquicos, burgueses e imperialistas, numa “espécie de contra-revolução burguesa permanente” (IANNI, 1983, p. 11).

Para esse autor, as classes subalternas são vistas pelos governantes, classe dominante e por muitos intelectuais conservadores como débeis e incapazes de participar dos processos políticos, motivo pelo qual precisam ser tuteladas. Partem daí os governos autoritários e bonapartistas, que buscaram diluir e desqualificar as lutas da classe trabalhadora. Também está presente na tradição brasileira um discurso de pacto social que surge sempre que a organização dos trabalhadores avança para lutas mais intensas.

Chasin faz uma síntese precisa a respeito do Estado burguês brasileiro:

Este, filho temporão da história planetária, não nasceu da luta, nem pela luta tem fascínio. De verdade, o que mais o intimida é a própria luta, posto que está entre o temor pelo forte que lhe deu a vida e o terror pelos de baixo que podem vir tomá-la. Toda revolução para ele é temível, toda transformação uma ameaça, até mesmo aquelas que foram próprias de seu gênero. É de uma espécie nova, covarde, para quem toda mudança tem de ser banida. E só admite corrigendas na ordem e pelo alto, aos cochichos em surdina com seus pares. De si para si em rodeio autocrático. Não optou pela autocracia, nem a covardia foi de sua livre escolha, meramente assumiu sua miséria. (CHASIN apud FILHO, 2010, p. 80-1)

Sobre a questão, Fernandes (2006) considera que a revolução burguesa no Brasil foi em essência uma contrarrevolução em relação à tradição ideológica e utópica republicana da burguesia, e também uma contrarrevolução no que tange ao processo histórico brasileiro. Afirma ele:

Os conflitos com as classes antagônicas, ao serem estigmatizados, postos “fora de ordem” e sufocados por meios repressivos e violentos, perderam sua conexão com a revolução nacional democrático-burguesa, sendo capitalizados, também por sua vez, pela própria burguesia. Ao “defender a estabilidade da ordem”, portanto, as classes e os estratos de classe burgueses aproveitaram aqueles conflitos para legitimar a transformação da dominação burguesa em uma ditadura de classe preventiva e para privilegiar o seu poder real, nascido dessa mesma dominação de classe, como se ele fosse uma encarnação da ordem “legitimamente estabelecida”. (FERNANDES, 2006, p. 369)

A forma como a classe trabalhadora foi inserida nesse processo repercutiu

diretamente no nível da sua consciência. De acordo com o autor:

[...] o trabalho livre foi submetido, ao longo da formação e da expansão da ordem social competitiva, a um processo de corrupção secular, o qual começou por negar-lhe condições de solidariedade estamental (sob o antigo regime) e terminou, igualmente, por negar-lhe condições de solidariedade de classes (sob o regime de classes e a República), o que retirou, e ainda hoje retira, do trabalho livre as bases estruturais e dinâmicas de sua elaboração como fator social construtivo (capaz de alimentar e de dar sentido às *transformações de baixo para cima* da ordem social competitiva). [...] Esse universo, que se manteve largamente, malgrado os vários movimentos reivindicativos e revolucionários da população pobre e da classe operária, não podia dar eficácia econômica, social, legal e política, quer ao *contrato*, quer à livre competição, quer ao *conflito regulado ou legítimo*. Guardadas as proporções, o trabalho livre se configura (como ocorreu com o trabalho escravo), do modo mais cínico e brutal, como puro instrumento de espoliação econômica e de acumulação tão intensiva quanto possível de capital. O elemento ou a dimensão humana do trabalho bem como a “paz social” são figuras de retórica, de explícita mistificação burguesa, e quando precisam ir além disso, o mandonismo e o paternalismo tradicionalistas cedem seu lugar à repressão policial e à dissuasão político-militar. (FERNANDES, 2006, p. 232)

Em estudo sobre a consciência de classe, Antunes (1988) identifica uma incapacidade da classe trabalhadora brasileira de transitar do “em si” ao “para si”, o que se deve à incompletude da própria formação da classe, que, assim como a nossa industrialização, nasceu subordinada ao latifúndio. Soma-se a isso o fortalecimento do Estado – que para o autor é uma característica dos países de origem colonial – e a exclusão da participação das classes subalternas nos processos políticos. Nesse contexto, tem-se a repressão tanto política quanto ideológica por parte do Estado às organizações e manifestações coletivas da classe trabalhadora. O robustecimento do Estado consiste, pois, em uma limitação à prática política autônoma do movimento operário, a começar pela política sindical brasileira, com uma clara dimensão controladora.

Com efeito, a revolução burguesa à brasileira permitiu o desenvolvimento do capitalismo, todavia, isso não foi acompanhado da criação de bases democráticas sólidas. Ao contrário, desde o início se forjaram sempre maneiras de afastar as classes subalternas dos instrumentos de poder. Na Primeira República, por exemplo, um reduzido grupo de políticos controlava o Estado. Como fator agravante, o sistema eleitoral era manipulado por fraudes e pelo chamado “voto de cabresto”, distorções que, aliás, representavam uma herança do período monárquico (FAUSTO, 2003, p. 262).

No pós-1930, período de expansão da industrialização e por isso considerado por Oliveira (1988) como a fase da revolução burguesa, inicia-se o que se

convencionou chamar de populismo. Associando o populismo à teoria do bonapartismo, Demier (2013) defende que o Brasil vivenciou um longo período bonapartista, que perdurou de 1930 a 1964.

Como se sabe, em 1964 teve início a ditadura militar. Segundo Fernandes (2006), naquele momento existia uma situação *potencialmente pré-revolucionária*, fruto do aumento dos conflitos sociais que emergiram com as crescentes industrialização e urbanização, e da própria desorientação da dominação burguesa até então. Considerando a já tradicional forma de atuação da burguesia brasileira, agindo sempre numa “contrarrevolução preventiva”, o caminho lógico foi a instauração de um regime abertamente ditatorial.

Mas o controle das maiorias por uma minoria não é tarefa fácil, estando a burguesia vulnerável a constantes sustos. Assim, a ditadura estava fadada ao esgotamento. As lutas sociais que emergiram no final dos anos 1970 obrigariam o regime a se abrir. Processou-se, nesse caso, mais uma revolução passiva dentre as muitas da história do país, com a derrota da emenda Dante de Oliveira e realização de eleições indiretas para a presidência.⁴ Apesar de importantes manifestações populares no período pós-ditadura – a exemplo das lutas da segunda metade dos anos 1980 – num plano mais amplo, até os dias de hoje permanece um alijamento da classe trabalhadora em relação aos instrumentos de poder.

CONCLUSÃO

No Brasil, assim como em outras partes do globo, muito se pensou (e ainda se pensa) em formas de efetivar uma revolução proletária. Merece destaque a estratégia democrática nacional formulada pelo PBC. Por influência do Komintern, o partido adotou o etapismo, que previa uma primeira revolução sob controle da burguesia nacional, a partir da qual seriam eliminados os vestígios feudais, que se acreditava existirem no Brasil, e o capitalismo seria plenamente desenvolvido. Somente depois teria vez uma revolução proletária. Tal concepção desconhecia que no Brasil nunca houve feudalismo e que a burguesia já havia realizado sua própria “revolução” de maneira bem peculiar.

4 Soma-se a isso o fato do primeiro presidente civil ter sido um ex-membro do partido da ditadura, a ARENA, uma vez que com a morte de Tancredo Neves, quem assumiu o cargo foi José Sarney.

Com base em Florestan Fernandes (2006) e outros autores, vimos que a formação do capitalismo e da dominação burguesa no Brasil se deu de forma *sui generis*. Inversamente ao ocorrido nos países onde houve a revolução burguesa clássica, aqui essa classe se forjou primeiro no Estado para depois conquistar a hegemonia socioeconômica. Além disso, não houve um real processo de modernização, mas a fusão do novo com o velho, tendo permanecido a mesma sociedade de privilégios do período colonial. Isso fez com que a revolução burguesa à brasileira não fosse acompanhada de bases democráticas sólidas, sendo as camadas populares frequentemente alijadas dos instrumentos de poder e, em muitos casos, cooptadas e usadas a bel prazer dos governantes. Afinal, apesar de importantes movimentos sociais existentes ao longo da história do Brasil, a imensa maioria dos trabalhadores se constitui historicamente como uma massa desorganizada. Assim, a classe trabalhadora esteve tradicionalmente à parte dos processos transitórios.

Com efeito, as camadas dominantes sempre conseguiram se sobrepôr às contestações populares e efetivar transformações pelo alto, incorporando algumas das demandas dos subalternos mas mantendo a essência da dominação. Foi assim na Independência, realizada pelo filho do rei de Portugal; na Proclamação da República, resultado de conflitos entre as elites; na Revolução de 1930, mais uma vez pactuada pelas elites; na redemocratização pós-Estado Novo, que atendeu a interesses da burguesia; e finalmente na redemocratização pós-regime militar, efetivada pelo alto, sendo o primeiro presidente civil eleito indiretamente a despeito do movimento das Diretas Já. Estes episódios consistem em autênticas revoluções passivas,⁵ nas quais as elites se colocaram na dianteira temendo a sublevação dos subalternos ou buscaram apassivar movimentos insurgentes que floresciam.

Nas três décadas que sucederam o fim da ditadura houve importantes lutas de diversos movimentos organizados da classe trabalhadora. Mas ainda assim, num contexto político mais amplo, a limitada democracia representativa figura no imaginário popular como o máximo a que se pode chegar o poder decisório das classes subalternas.

5 Por outro lado, a instauração do regime militar foi uma autêntica contrarrevolução, na qual não foi incorporada nenhuma demanda popular e o controle dos conflitos sociais se deu pela repressão aberta.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-1964. In. MAZZEO, Antonio Carlos (org.); LAGOA, Maria Izabel (org.). **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003.
- ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade do capitalismo hiper-tardio**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2008.
- DEMIER, Felipe. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): um ensaio de interpretação histórica**. Rio de Janeiro: Mauad, 2013.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2006.
- FILHO, Antonio Rago. A teoria da Via Colonial de objetivação do capital no Brasil: J. Chasin e a crítica ontológica do capital atrofico. In. **Verinotio** - Revista on-line de Educação e Ciências Humanas, n. 11, p. 71-86, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. Dos Cadernos do Cárcere 1929-1935. In. COUTINHO, Carlos Nelson (org.). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- HIRANO, Sedi. **Formação do Brasil colonial: pré-capitalismo e capitalismo**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- IANNI, Octávio. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- _____. **Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

_____. **A revolução brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1978.

SAES, Décio. **Estado e democracia:** ensaios teóricos. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

SANTOS, Ana Maria dos; et al. **História do Brasil:** de terra ignota ao Brasil atual. Rio de Janeiro: Log On editora multimídia, 2002.

TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.